

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41839	55003/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 1/2023/8063/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/41580 de 18 de Dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Despachos

- A 17/12/2025, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 1/2023/8063/0

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-27779

REQUERENTE: CENTRO DE SOLIDARIEDADE DA IMACULADA CONCEIÇÃO

LOCAL DA OBRA: Rua de São Geraldo, n.º 24, 26 e 28, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)

ASSUNTO: Licenciamento de Obras de Edificação – Especialidades

DU - DGPU [GP4]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2024-E-RE-1633 de 23/01/2025, apresenta documentação que visa dar resposta ao teor da informação registada com o n.º 0382/2025, de 07/01/2025, comunicada através do despacho registado com o n.º 0145/2025, de 07/01/2025, quanto aos **projetos das especialidades**, relativos à obra de ampliação e alteração de um equipamento social para a criação da valência de Creche em complemento das duas valências existentes de Pré-Escolar e Centro de Atividades Tempos Livres, a levar a efeito no prédio situado na Rua de São Geraldo, n.º 24, 26 e 28, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 118/19970218, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 507.
- 1.2. Através do requerimento n.º 2025-E-RE-27779, apresenta uma junção de elementos em resposta à informação técnica comunicada através do despacho n.º 2025-0965 de 17/03/2025.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

- 2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 13/06/2024, nos termos da informação I/55729/DAT/2024 de 05/06/2024, comunicada pelo ofício n.º. 17359/2024, de 13/06/2024.

2.2. Projeto de condicionamento acústico

- 2.2.1. Apresentou projeto.

2.3. Projeto de águas pluviais

- 2.3.1. Apresentou projeto.

2.4. Projeto de águas residuais

- 2.4.1. Apresentou projeto.
- 2.4.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.5. Projeto de arranjos exteriores

- 2.5.1. Apresentou projeto.

2.6. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

- 2.6.1. Apresentou projeto.

2.7. Projeto de conforto térmico

- 2.7.1. Apresentou projeto.
- 2.7.2. Apresentou declaração solicitando a isenção de apresentação de pré-certificado, alegando que se trata de uma pequena renovação, nos termos do das alíneas a) e b), do ponto 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º



101-D/2020, de 7 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro.

2.8. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.8.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica.

2.9. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.9.1. Apresentou projeto.

2.10. Projeto de instalação de gás

2.10.1. Apresentou termo de responsabilidade subscrito por técnico habilitado solicitando dispensa de apresentação de projeto de gás, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro.

2.11. Projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)

2.11.1. Apresentou projeto.

2.12. Projeto de abastecimento de água

2.12.1. Apresentou projeto.

2.12.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.13. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.13.1. Apresentou projeto.

2.13.2. Apresentou parecer favorável da ANEPC.

2.14. Projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas e/ou mercadorias

2.14.1. Apresentou projeto.

2.15. Projeto de gestão técnica centralizada

2.15.1. Não apresentou projeto.

2.16. Outros

2.16.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído.**

3.2. Após informação superior e despacho, a entidade requerente deverá ser notificada para, no prazo máximo de 1 (um) ano, entregar os elementos para **pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo que titula a operação urbanística** constantes do n.º 21, capítulo III, do anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

4.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

4.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos



alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocização dos mesmos junto das entidades competentes.

4.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação de arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

4.2. Cumprimento em obra, do disposto no Dec. Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.

4.3. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.

4.4. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.

5. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Lívia Brito

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

